



VII ENCUENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGADORES Y ESTUDIANTES DE LA RED REOALCEI

OS DESAFIOS DO ACESSO AO TRABALHO DECENTE À LUZ DA CENTRALIDADE E AMAZÔNICA: CONFRONTANDO A INCOMPREENSÃO DO CONTEXTO REGIONAL E A DESESTRUTURAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES TRABALHISTAS EM RONDÔNIA E ACRE

CARLOS ALBERTO LOPES DE OLIVEIRA¹

carlos.lopes777@gmail.com

Universidade Federal de Rondônia

Aluno

ORCID <https://orcid.org/0009-0005-5708-8917>

RESUMO

Este estudo, intitulado "Os desafios do acesso ao trabalho decente à luz da centralidade e Amazônica: confrontando a incompreensão do contexto regional e a desestruturação das instituições trabalhistas em Rondônia e Acre", explora as complexidades e os desafios históricos associados à promoção de trabalho digno em Rondônia e Acre. Focando na dinâmica Amazônica, o trabalho investiga as limitações de infraestrutura e recursos, e como estas influenciam tanto a proteção laboral quanto a eficácia das entidades jurídico-trabalhistas, com ênfase especial na Procuradoria Regional do Trabalho da 14^a Região (PRT14). Empregando uma abordagem metodológica mista, o estudo mescla análises qualitativas e quantitativas para compreender os obstáculos enfrentados. O objetivo é desenvolver um modelo estratégico e prático para melhorar o acesso ao sistema jurídico trabalhista e fomentar o trabalho decente por meio da atuação PRT14.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Trabalho Decente, Metodologia Interdisciplinar, Rondônia, Acre, Acesso à justiça, Sistema de Justiça Trabalhista, Ministério Público do Trabalho, MPT, Procuradoria Regional do Trabalho da 14^a Região, PRT14.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça. Universidade Federal de Rondônia. Procurador do Trabalho na Procuradoria Regional do Trabalho da 14^a Região - Ministério Público do Trabalho/Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5100887371209379>. E-mail: carlos.lopes777@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5708-8917>.



VII ENCUENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGADORES Y ESTUDIANTES DE LA RED REOALCEI

INTRODUÇÃO

O projeto se insere na linha de pesquisa "Direitos Humanos e Fundamentos da Justiça" e foca na promoção do trabalho decente em Rondônia e Acre. A pesquisa parte da centralidade amazônica, ressaltando a importância geoestratégica, ambiental e socioeconômica da região. Aborda os desafios estruturais e históricos no acesso a empregos dignos, renda e direitos trabalhistas. Especial atenção é dada à unidade do Ministério Público do Trabalho (MPT) responsável pela região: a Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região (PRT14).

O projeto propõe soluções para minimizar os impactos dessa desigualdade, desenvolvendo métodos de atuação que melhorem o funcionamento das instituições do sistema de justiça trabalhista, em especial da PRT14.

Por meio dessas estratégias de intervenção, o projeto busca contribuir para a redução da carência histórica de políticas públicas de trabalho e renda e para a ampliação do acesso a direitos trabalhistas.

UM (1) OBJETIVO

O objetivo principal é aprofundar o conhecimento sobre a realidade do trabalho digno em Rondônia e Acre. Especificamente, busca-se desenvolver um modelo de atuação estratégica para: 1) aumentar o acesso qualitativo e quantitativo ao sistema jurídico trabalhista; e 2) promover uma abordagem resolutiva e estratégica do MPT na região.

METODOLOGIA

O estudo adota uma perspectiva interdisciplinar, unindo métodos qualitativos e quantitativos, como análise de conteúdo e estatísticas. Sua natureza é exploratória e



VII ENCUESTO INTERNACIONAL DE INVESTIGADORES Y ESTUDIANTES DE LA RED REOALCEI

explicativa, utilizando pesquisa de campo e bibliográfica, incluindo entrevistas semiestruturadas e análise documental.

RESULTADOS

O estudo visa diretrizes concretas para fortalecer as funções e serviços das instituições jurídico-trabalhistas na região Amazônica, com ênfase especial em Rondônia e Acre. Espera-se que o projeto ofereça um panorama detalhado sobre como a Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região (PRT14) pode melhorar o acesso aos direitos trabalhistas e sociais, contribuindo assim para um ambiente de trabalho mais justo e digno. Os resultados esperados são multidimensionais e abrangem os seguintes aspectos:

1. **Desenvolvimento de um Modelo Estratégico Integrado:** Criação de um modelo operacional que possa ser adotado pela PRT14 para abordar de forma eficaz os desafios do trabalho digno na região. Este modelo será baseado em uma análise aprofundada das condições locais e focará em estratégias inovadoras e adaptáveis.
2. **Expansão do Acesso ao Sistema de Justiça Trabalhista:** O projeto almeja propor maneiras pelas quais o acesso ao sistema jurídico trabalhista pode ser ampliado, tanto em termos de cobertura geográfica quanto de facilidade de acesso para os trabalhadores. Isso inclui a implementação de tecnologias digitais, a criação de novos pontos de atendimento e a sensibilização sobre os direitos trabalhistas.
3. **Melhoria Qualitativa do Acesso:** Além de expandir o acesso, o estudo visa melhorar a qualidade desse acesso. Isso significa proporcionar serviços jurídicos mais eficientes, apoio informativo robusto e orientação clara para os trabalhadores sobre como podem reivindicar seus direitos e buscar reparação.
4. **Eficiência e Eficácia Aprimoradas nas Ações do MPT:** O projeto também busca fornecer recomendações sobre como a PRT14 pode otimizar suas operações e intervenções para garantir resultados mais efetivos e impactantes. Isso inclui a adoção de práticas inovadoras, treinamento aprimorado para o pessoal e uma



VII ENCUENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGADORES Y ESTUDIANTES DE LA RED REOALCEI

abordagem mais proativa e orientada para a comunidade.

5. **Contribuição para a Literatura Acadêmica e Políticas Públicas:** Espera-se que o estudo contribua significativamente para a literatura acadêmica sobre trabalho decente e direitos humanos na região Amazônica. Além disso, ele busca influenciar a formulação de políticas públicas, fornecendo recomendações baseadas em evidências para os tomadores de decisão.

Com esses resultados, o estudo visa criar um impacto duradouro na promoção do trabalho decente em Rondônia e Acre, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e para a melhoria geral das condições de trabalho na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, focalizando o trabalho digno em Rondônia e Acre, representa uma contribuição significativa para o entendimento e aprimoramento das condições de trabalho nesta região amazônica. Ao desvendar os desafios específicos e ao mesmo tempo propor soluções inovadoras que são sensíveis à realidade local, o projeto não apenas ilumina as complexidades do trabalho decente, mas também sinaliza caminhos para intervenções eficazes e adaptáveis.

O modelo estratégico desenvolvido pode também inspirar iniciativas futuras em outras regiões com desafios semelhantes, oferecendo um caminho para abordagens mais integradas e holísticas nas questões de trabalho digno. No âmbito acadêmico, o estudo enriquece a literatura sobre direitos humanos e trabalho decente, trazendo uma perspectiva detalhada sobre a realidade amazônica, frequentemente negligenciada em pesquisas.

Este esforço alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, especialmente na promoção do trabalho decente e do crescimento econômico



VII ENCUESTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGADORES Y ESTUDIANTES DE LA RED REOALCEI

sustentável, definidos pelas Nações Unidas, em especial o ODS 8, que busca “*promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos*”, além de metas de outros ODS da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável².

² OIT – Organização Internacional do Trabalho. Trabalho decente. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 06 dez. 2023



VII ENCUENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGADORES Y ESTUDIANTES DE LA RED REOALCEI

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Alvarenga, R. Z. (2009). O direito do trabalho como dimensão dos direitos humanos. São Paulo: LTr.

Arantes, D. A. M. (2023). Trabalho decente: uma análise na perspectiva dos direitos humanos trabalhistas a partir do padrão decisório do Tribunal Superior do Trabalho. São Paulo: LTr.

Brasil. (2023). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 22 jun. 2023.

Brasil. (1993). Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp75.htm. Acesso em: 22 jun. 2023.

Brasil. (2007). Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 22 jun. 2023.

Brasil. (1985). Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm. Acesso em: 22 jun. 2023.

Brasil. (1993). Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8625.htm. Acesso em: 22 jun. 2023.

Brasil. (1993). Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm. Acesso em: 22 jun. 2023.

Brasil. (2006). Ministério do Trabalho e Emprego. Agenda Nacional do Trabalho Decente. Brasília, DF: MTE. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_226229.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.

Brasil. (2010). Ministério do Trabalho e Emprego. Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente. Brasília, DF: MTE. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_226249.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

Bittencourt, L. A. S. (2019). O trabalho decente para a OIT e sua realização no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris.



VII ENCUENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGADORES Y ESTUDIANTES DE LA RED REOALCEI

Brito Filho, J. C. M. (2023). Trabalho Decente [livro eletrônico]: análise jurídica da exploração do trabalho. São Paulo: LTr.

Castro, H. P. N. (2021). O trabalho escravo contemporaneo na Amazônia e a precarização das relações de trabalho. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 26, n. 6587. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/91859>. Acesso em: 1 jul. 2023.

Correa, I. Z. N. (2022). Justiça do Trabalho Itinerante: Um projeto de decolonialidade do acesso à justiça social nos interiores do Amazonas. Mestrado em DIREITO. Manaus: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS.

Gunther, L. E. (2015). O trabalho decente como paradigma da humanidade no século XXI. In: Garcia, G. F. B.; Alvarenga, R. Z. (org.). Direito do trabalho e direito empresarial: sob o enfoque dos direitos fundamentais. São Paulo: LTr.

MPT – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. (2023). Observatório da Diversidade e da Igualdade de Oportunidades no Trabalho. Pesquisa por Estado. Disponível em: <https://smartlabbr.org/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Jacarandá, R.; Matzembacher, P. (2018). Direitos humanos e o sistema de justiça nos conflitos de terra na Amazônia ocidental. Revista Direito e Práxis, v. 9, n. 1, p. 323-350. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/32714>. Acesso em: 25 jun. 2023.

Jacarandá, R. F. (2020). Teoria do Direito, Sobreposição Normativa na Amazônia Brasileira e os Desafios para o Fundacionismo Universalista em Direitos Humanos. In: Cunha, J. R. (Org.). Teorias críticas e crítica do Direito - Volume I. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Matérésio, L. Z. (2016). Comunicação para a cidadania: Ministério Público de Rondônia como intérprete e vigilante. Mestrado em Comunicação e Semiótica. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19107>. Acesso em: 30 jun. 2023.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. (2023). Trabalho decente. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Silva, R. G. C. (2016). Agronegócio e campesinato em Rondônia. In: Ferreira

, G. H. C. (Org). Geografia agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais. Jundiaí: Paco Editorial.



VII ENCUENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGADORES Y ESTUDIANTES DE LA RED REOALCEI

Soeiro, L. C. (2022). Os obstáculos à erradicação do trabalho escravo na Amazônia. Mestrado em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Belém: CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ.

Vilar-Lopes, D. (2018). Trabalho digno e comunidades ribeirinhas da Amazônia: superação da precariedade dos portos e colônias de pescadores de Rondônia. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília, DF: ESMPU.

Vilar-Lopes, D. (2019). Ministério Público do Trabalho e escravidão na Amazônia: modelo de atuação e combate em Rondônia. Mestrado Profissional Interdisciplinar de Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça. Porto Velho, RO: Fundação Universidade Federal de Rondônia.